

# Transição agroecológica: a experiência de autogestão das mulheres de Vila Nova – Dormentes/PE

Carlos Alberto de Araújo Possídio<sup>1</sup>  
Jorge Luiz Schirmer de Mattos<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Especialista em Convivência com o Semiárido na Perspectiva da Segurança e Soberania Alimentar e da Agroecologia (UFRPE); Engenheiro Agrônomo (UFRPE); Extensionista Rural no Instituto Agronômico de Pernambuco – IPA. E-mail: carlos.possidio@ipa.br.

<sup>2</sup> Doutor em Zootecnia (UFV); Mestre em Zootecnia (UFLA); Engenheiro Agrônomo (UPF); Professor da UFRPE. Email: js-mattos@hotmail.com.

## AGRADECIMENTOS

Ao CNPq/MCT/INSA. À SARA/PE, por intermédio da SEAF e do IPA. Ao NAC da UFRPE.

## RESUMO

Realizou-se um estudo de caso com um grupo de mulheres da Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade de Vila Nova, no Município de Dormentes-PE. O estudo teve como objetivo entender a experiência de gestão no sentido multidimensional: social, econômico, político e técnico. Esse processo iniciou com a implantação de uma horta orgânica comunitária e se estendeu para a Associação. Na gestão da Associação, o grupo diferenciou-se pela forma de conduzir os trabalhos, tendo como base a autonomia, transparência e democracia na tomada de decisão. Tal experiência caracterizou-se como uma organização social, política e produtiva pautada na autogestão. Nos aspectos relacionados às dimensões social e econômica percebem-se relações de ajuda mútua, cooperação, solidariedade, dádiva e reciprocidade. Tais relações constituíram-se no marco para superação das dificuldades enfrentadas pela comunidade relacionadas aos aspectos climáticos, econômicos e sociais. Ademais, as práticas de autogestão contribuíram para o processo de transição agroecológica na comunidade.

**Palavras-chave:** Agroecologia; Ajuda mútua; Reciprocidade; Autogestão.

## Transición agroecológica: la experiencia de autogestión de las mujeres de Vila Nova - Dormentes / PE

## RESUMEN

Se realizó un estudio de caso con un grupo de mujeres de la Asociación de los Pequeños Productores de la Comunidad de Vila Nova, en el Municipio de Dormentes-PE. El estudio tuvo como objetivo entender la experiencia de gestión en el sentido multidimensional: social, económico, político y técnico. Este proceso inició con la implantación de una huerta orgánica comunitaria y se extendió a la Asociación. En la gestión de la Asociación, el grupo se diferenció por la forma de conducir los trabajos, teniendo como base la autonomía, transparencia y democracia en la toma de decisión. Tal experiencia se caracterizó como una organización social, política y productiva pautada en la autogestión. En los aspectos relacionados a las dimensiones social y económica se percibe relaciones de ayuda mutua, cooperación, solidaridad, don y reciprocidad. Tales relaciones se constituyeron en el marco para superar las dificultades enfrentadas por la comunidad relacionadas a los aspectos climáticos, económicos y sociales. Además, las prácticas de autogestión contribuyeron al proceso de transición agroecológica en la comunidad.

**Palabras clave:** Agroecología; Ayuda mutua; Reciprocidad; Autogestión.

## INTRODUÇÃO

O Vale do São Francisco, região semiárida de Pernambuco, é destaque no cenário nacional e mundial como grande produtor de frutas para atender o mercado interno e externo. A fruticultura irrigada, como é denominada por seus defensores está ancorada em pacotes tecnológicos oriundos da Revolução Verde, concebida sob o modelo de produção convencional capitalista. A regra de sociabilidade da economia capitalista contemporânea é a competição de natureza oligopólica (poucos vendedores) ou oligopsônica (poucos compradores), onde predominam empresas gigantes ou multinacionais (SINGER, 2001). Esse modelo tem influenciado sobremaneira os agricultores familiares da região do São Francisco a adotarem práticas e tecnologias que têm como base a agricultura agroexportadora. Contudo, mesmo que esse modelo ainda prevaleça na região, algumas comunidades rurais têm buscado formas alternativas de organização social, política e produtivas pautadas em outros modos de vida, ações coletivas e sistemas de produção que apontam para a produção de alimentos mais saudáveis e sustentáveis. Isso porque utilizam recursos (sementes, adubo orgânico, mão - de - obra e plantas medicinais, etc.) da própria unidade produtiva e / ou da comunidade e práticas resilientes (integração lavoura-pecuária, quintais produtivos, horta orgânica, uso racional da água, etc.), que permitem às famílias viverem com dignidade no semiárido. Tais iniciativas poderiam ser concebidas não só como exemplos de resistência ao modelo da revolução verde, mas também como experiências que configuram verdadeiros processos de transição agroecológica.

Segundo Caporal e Costabeber (2004, p.12),

... por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais.

Para Schimitt (2009, p.196), transição agroecológica implica também “a reapropriação e/ou fortalecimento da capacidade de gestão, individual ou coletiva, dos camponeses e agricultores familiares sobre os recursos naturais que servem de base a sua reprodução econômica e social”.

Contudo, a gestão da grande maioria das associações e cooperativas de agricultores (as) da região semiárida não raro tem se caracterizado como próximas da concepção de cooperativas ou empresas capitalistas<sup>3</sup>. Isso porque, muitas associações e cooperativas foram criadas meramente em função do acesso ao crédito ou às políticas públicas e menos para assegurar a defesa de interesses comuns e a gestão coletiva. Nesses casos o aspecto econômico (lucro) e a hierarquização prevalecem em detrimento das outras dimensões da autogestão: social, política e técnica.

Segundo Albuquerque (2003, p. 20-21),

<sup>3</sup> Cooperativas capitalistas são as cooperativas mais comuns encontradas em nosso país. São organizações cujos associados buscam a acumulação de capital, a partir do desenvolvimento de atividades cooperativas, em geral de trabalho e produção, inseridas na lógica do capitalismo moderno. Cooperativas de produtores agrícolas, de trabalhadores, de bancos, de crédito, entre outras, são formas consolidadas deste tipo de cooperativa.

a autogestão é um conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um “coletivo”. Possui um caráter multidimensional (social, econômico, político e técnico) e refere-se a uma forma de organização de ação coletiva qualificada. Na dimensão de caráter social, a autogestão [...] deve ser percebida como resultado de um processo capaz de engendrar ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos e grupos que dela dependem. No aspecto econômico configura-se como processos de relações sociais de produção, que privilegiam o fator trabalho em detrimento do capital. No aspecto político pauta-se em sistemas de representação [...] cujos valores, princípios e práticas favorecem e criam condições para que a tomada de decisão seja o resultado de uma construção coletiva que passe pelo poder compartilhado (de opinar e de decidir), de forma a garantir o equilíbrio de forças e o respeito aos diferentes atores e papéis sociais de cada um dentro da organização. Na dimensão técnica, ele aponta para outra forma de organização e de divisão do trabalho.

A autogestão tem sido praticada por empreendimentos organizados igualitariamente, ou seja, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Ninguém manda em ninguém e tampouco há competição entre os sócios (SINGER, 2013). Trata-se, portanto, de não restringir o sentido de uma sociedade autônoma ou autogestínaria à simples administração de uma empresa pelo seu pessoal, mas num sentido mais amplo, de um conjunto social de grupos autônomos associados tanto nas suas funções econômicas de produção quanto nas suas funções políticas, cuja vida exige coordenação, mas não a hierarquização (MOTTA, 1981 p.133).

A tomada de decisão coletiva, o compartilhamento das ações e o comprometimento tem sido princípios seguidos por um grupo de mulheres camponesas envolvidas com a Associação dos Pequenos Produtores de Vila Nova (Associação). Em 2002 a comunidade Vila Nova iniciou um processo de transição agroecológica a partir da implantação de uma horta orgânica comunitária, que é coordenada desde então por esse grupo de mulheres.

A Comunidade Vila Nova está localizada no município de Dormentes-PE e faz parte do território da cidadania do Sertão do São Francisco, mesorregião do Vale do São Francisco, região semiárida do estado de Pernambuco.

O objetivo do presente trabalho foi o de analisar aspectos relacionados à autogestão da horta e da Associação conduzidas pelas mulheres de Vila Nova e compreender em que medida esses aspectos estão contribuindo para o processo de transição agroecológica em curso na comunidade.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O estudo apresentado é fruto do trabalho realizado pelo grupo de mulheres da horta orgânica da Associação de Vila Nova, município de Dormentes-PE, a partir da

sistematização da experiência realizada por elas, com o apoio dos extensionistas rurais do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e alunos do curso de especialização em Convivência com o Semiárido na Perspectiva da Segurança e Soberania Alimentar e da Agroecologia.

Inicialmente utilizou-se como ferramenta metodológica a sistematização de experiência construída pelas mulheres camponesas da Comunidade de Vila Nova, com base no eixo: *contribuição da experiência da horta orgânica comunitária para o fortalecimento das relações sociais entre as mulheres e delas com a comunidade*. A sistematização é considerada como uma prática da educação popular (ECKERT, 2007; JARA, 2006). Para Freire (2006), a sistematização de experiências é uma atividade essencial para o avanço do conhecimento agroecológico através da integração de saberes. A autora ainda acrescenta que,

... sendo um processo necessariamente coletivo, a sistematização contribui para a recuperação e a ordenação da memória da experiência vivenciada conjuntamente para distinguir seus erros para identificar suas potencialidades e extrair ensinamentos inspiradores de futuras ações (FREIRE, 2006, p. 04).

Sendo assim, foram realizados de março de 2011 a março de 2012 sete encontros de trabalho com as mulheres. Durante esses encontros, várias ferramentas participativas foram utilizadas: tempestade de idéias, para definição do eixo da sistematização; linha do tempo, para o resgate histórico da experiência; diagrama de Venn, para entender as relações do grupo de mulheres com as parcerias; calendário sazonal, a fim de se verificar as atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas pelas mulheres; rotina diária, para compreender e problematizar a carga de trabalho diária das mulheres; correio comunitário, com o intuito de perceber a visão de cada mulher quanto a sua relação com as outras e com a sua família; “tarefas de casa”, como o levantamento de fotografias e dados da comunidade.

Os vários depoimentos das mulheres por ocasião da sistematização da experiência trouxeram a tona várias indagações importantes sobre as relações econômicas e sociais e alguns aspectos de gestão, que mereceram um aprofundamento a luz de uma análise mais crítica. Para tal se utilizou de uma entrevista semiestruturada, composta dos seguintes questionamentos a cerca da experiência das mulheres de Vila Nova: O que representa do ponto de vista monetário e não monetário a horta? Quais os motivos que levaram a criação de um fundo solidário para a horta? Quais as implicações da experiência da horta nas relações entre as mulheres e o resultado disso nas outras relações da esfera pública e privada? Quais os aspectos da autogestão estão implícitos ou explícitos na condução da horta e da Associação? Quais valores orientam as relações econômicas e sociais na comunidade? Que valores podem estar invisíveis para elas e para a comunidade?

Assim, o presente estudo insere-se no método denominado estudo de caso. Segundo YIN (2005, p 32-33), o estudo de caso é,

uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não

uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos, baseia-se em múltiplas fontes de evidência e beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados.

Nesse sentido, nos baseamos no conceito de autogestão de ALBUQUERQUE (2003), que a concebe em sua multidimensionalidade: social, econômico, político e técnico, para identificarmos quais desses aspectos estão presentes na experiência com a horta e com a Associação que poderiam configurar práticas autogestionárias, bem como suas implicações no processo de transição agroecológica.

## O COMEÇO DO COMEÇO

Em 2002 alguns representantes da Associação participaram de um intercâmbio no município de Simplício Mendes-PI, onde conheceu experiências com apicultura, criação de caprinos e produção orgânica de hortaliças desenvolvidas com o apoio da Igreja Católica. Algum tempo depois a experiência da horta orgânica também foi colocada em prática, de forma comunitária, em Vila Nova. Inicialmente o grupo de associados foi composto por quatro homens e 15 mulheres. Mas de encontros, desencontros e reencontros foram as mulheres que assumiram de fato a horta e desencadearam uma série de mudanças que marcaram positivamente o desenvolvimento da comunidade. Essa iniciativa foi levada a cabo por um grupo de 20 mulheres que enfrentaram grandes dificuldades para a implantação e manutenção da horta (infraestrutura, recursos financeiros, técnicos, disponibilidade de água, etc.). A horta vem contribuindo para melhoria da renda, segurança alimentar e nutricional das famílias e fortalecendo as relações sociais internas e externas do grupo. Todavia, a experiência coletiva com a horta demandou uma nova postura desse grupo de mulheres frente às tomadas de decisões no campo da gestão, das relações e das ações, no âmbito da própria horta e da Associação, caracterizada como viés solidário e de autogestão, dado ao seu caráter multidimensional, nos remete a pensá-la muito mais que uma simples modalidade de gestão (ALBUQUERQUE, 2003).

## MULTIDIMENSIONALIDADE DA AUTOGESTÃO

### Dimensão social

A comunidade Vila Nova tem passado por situações adversas principalmente no tocante ao clima, com a seca e com os problemas dela derivados. Não obstante, é precisamente nessa adversidade que tem surgido através da união e do trabalho coletivo as forças para a superação desses problemas. Não é para menos que desde a criação da Associação um grande esforço tem sido feito coletivamente para viabilizar as áreas de saúde, educação, produção, mas principalmente no tocante ao abastecimento de água, necessário para o consumo das famílias e dos animais. Foi com esse mesmo espírito que se formou em 2002 o grupo de mulheres para colocar em prática a ideia da horta comunitária. Hoje a comunidade conta com uma adutora que conduz a água da barragem até a Vila. Contudo, nesse ínterim a inadimplência da Associação colocou em risco a entidade como um todo. Mas, mesmo sem terem sido as causadoras das irregularidades foram as mulheres que reconduziram a Associação ao *status* de normalidade financeira e assumiram a sua direção. O grupo de *Mulheres da horta*, como era conhecido, quando assumiu a direção

da Associação comunitária passou a ser chamado de grupo de *Mulheres da Associação*, como um anúncio e reconhecimento histórico do novo que estaria por vir em decorrência do fato de que a direção da Associação havia sido assumida pela primeira vez e quase na sua totalidade por um grupo de mulheres. Adotando práticas democráticas na gestão, definindo as ações coletivamente e dividindo as responsabilidades de forma compartilhada deram outra cara para a entidade. Esse modo de conduzir as atividades possibilitou ao grupo diversas conquistas. Segundo as *Mulheres*, a conquista mais relevante na época foi a estruturação da horta com equipamentos de irrigação, infraestrutura, insumos e assistência técnica. Por certo, a relevância está não só no caráter comunitário, mas também por ser uma horta, orgânica e em pleno sertão. Todavia, isso só se concretizou graças a divisão de tarefas e o grande envolvimento de todas em todo o processo de construção da experiência. E nesse aspecto a identificação prévia das habilidades de cada uma foi providencial, pois possibilitou o exercício do conjunto de funções necessárias a condução da horta. Habilidades estas adquiridas junto aos quintais produtivos, onde cultivavam hortaliças para a semana santa. Essas experiências foram socializadas no momento do planejamento e deram suporte para se definir o que plantar. Inicialmente cultivaram coentro, alface, cebolinha, cebola, pimentão, tomate, repolho, couve, cenoura, beterraba, salsa, berinjela, alho, mamão e maracujá. A escolha dessas espécies se deu muito em função de se garantir o autoconsumo das famílias. A alimentação a partir do consumo de hortaliças e frutas melhorou sobremaneira a saúde das pessoas da comunidade e em certa medida, mudou o hábito alimentar das famílias. Em alguns casos a saúde das mulheres melhorou apenas com a ocupação nas atividades da horta. Esse foi o caso de uma das mulheres, que se diz curada de uma depressão, como pode ser constatado em seu depoimento: “...curei minha depressão só com o trabalho na horta, pois tirei da cabeça os problemas de saúde de minha mãe”.

Em que pese a importância da participação das mulheres na horta e na Associação, isso tem sido feito com sobrecarga de trabalho, pois as funções reprodutivas continuaram sob sua responsabilidade. No entanto, os filhos e os maridos/companheiros passaram eventualmente a participar de algumas atividades como transporte de esterco para a horta, irrigação, plantio, e venda de hortaliças nas comunidades circunvizinhas. A participação dos filhos é limitada em função da escola que demanda tempo integral, como também, dos Programas Sociais, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), que às vezes também requerem tempo integral. Em certos casos, atividades como a limpeza da área em que foi construída a sede da Associação, a construção da sede, a horta (limpeza da área, construção dos canteiros, preparo do solo, irrigação, plantio e comercialização), tem sido operacionalizadas com a adoção de ações coletivas como os mutirões, que reforçaram o trabalho grupal e coletivo e o espírito associativista.

### **Dimensão econômica**

Com a experiência da horta o grupo de mulheres aprendeu de forma coletiva a relacionar as despesas e receitas, definindo um percentual para a formação de um fundo de reserva. O grupo se reúne mensalmente para definir o uso do recurso: reparar algum equipamento, pagar água, energia, comprar sementes, esterco e algum equipamento para a horta. Essas habilidades na gestão dos recursos foram desenvolvidas com o apoio de extensionistas do IPA.

Um passo importante do grupo de mulheres ocorreu com a comercialização do

excedente dos produtos da horta, inicialmente concebida com o propósito de produção para o autoconsumo. A produção para o autoconsumo é definida como a “parcela da produção produzida pela família e destinada ao seu consumo” (GRISA e SCHNEIDER 2007, p. 485).

Segundo estes autores o autoconsumo pode ser entendido ainda como:

uma forma de produção que respeita as preferências alimentares das comunidades locais, suas práticas de preparo e consumo, e serve como um instrumento de preservação da cultura, dada que muitas destas práticas são passadas de pais para filhos, em consonância com as condições sócio-ambientais e a própria história local. Ademais, fornece alimentos com qualidade sanitária, dado que comumente trata-se de cultivos isentos de agrotóxicos e insumos químicos. (GRISA e SCHNEIDER, 2007, p.489)

Mas antes de iniciar a venda dos produtos foi feito um levantamento de preços junto ao comércio local em Dormentes para definir o preço dos seus produtos. Passaram a vender coentro e alface, em “molhos”. A venda era feita diretamente ao consumidor da cidade (venda de porta em porta), ao preço de R\$ 1,00 cada “molho”. Mais tarde o grupo passou a fornecer esses produtos a supermercados, onde entregavam toda sexta-feira cerca de 50 a 80 “molhos” de coentro e alface, na proporção de 2:1, totalizando R\$ 50,00 a R\$100,00 por família/mês, dependendo da força de trabalho dispensada por cada agricultora e da disponibilidade de água. As hortaliças também são comercializadas na própria horta aos moradores da comunidade e visitantes.

Hoje a renda monetária com a venda das hortaliças tem atingido a cifra de R\$ 600,00 a 1.200,00 por ano para cada família. Esta receita representa para as mulheres um complemento de renda que é usada para a compra da carne, da feira, do remédio e do pão. Todos os produtos da horta orgânica (hortaliças e frutos) são vendidos no mesmo valor daqueles dos preços dos produtos convencionais. A renda não monetária, relativa ao que é consumido pela família, fica em torno de R\$ 360,00/ano por família, considerando os valores de mercado de alguns produtos como plantas medicinais, frutas e hortaliças.

Um passo também importante do grupo de mulheres foi a criação de uma feira na própria comunidade, realizada no 1º domingo de cada mês. Essa iniciativa retirou do processo a figura do atravessador e possibilitou um incremento significativo na renda das famílias envolvidas. A feira foi criada com o objetivo de vender os produtos da horta, da roça e dos quintais (ovos, galinha, frutas), produtos beneficiados (doces, pães, bolos, espetinhos), mas também, artefatos de madeira e artesanato feito pelas próprias pessoas da comunidade. Contudo, a feira aconteceu somente por um período de quatro meses, em função de desentendimentos decorrentes da venda e uso de bebidas alcoólicas. De qualquer modo, ainda que de curta duração, a experiência com a feira, não só possibilitou aumento de renda, mas também proporcionou ao grupo um melhor entendimento das relações econômicas, que variou da venda direta aos consumidores até a venda de uma produtora para outra produtora. Ademais, a experiência também serviu para as mulheres desenvolverem relações de proximidade e solidariedade na medida em que no final das feiras os produtos que sobravam eram trocados e doados entre as mesmas, o que reforça a tese da solidariedade da economia dentro do grupo (SINGER, 2013). De fato, as feiras

locais e os mercados de proximidade oferecem exemplos de produção e de mobilização do laço social, de sociabilidade, pelas relações diretas entre produtor consumidor como no caso das feiras agroecológicas (SABOURIN, 2006b).

A experiência com a feira foi tão positiva que o grupo está convicto em reeditá-la, bastando somente à normalização da situação hídrica da comunidade, uma vez que a seca afetou consideravelmente o reservatório de água da comunidade. A limpeza e ampliação da barragem atual e a construção de uma nova barragem, próxima a comunidade, bem como a construção de uma estrada asfaltada ligando a comunidade à cidade de Dormentes e comunidades vizinhas, também concorrem para a viabilização da reedição da feira.

A gestão da Associação pelo grupo de mulheres se caracteriza pela forma responsável, transparente e eficiente de conduzir das atividades, não só no âmbito da horta, mas também de outros projetos. Esse é o caso da comercialização institucional como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Estes programas têm proporcionado ao grupo fazer o exercício do planejamento, da comercialização direta, da agregação de valor, da valorização do mercado local, possibilitando acesso aos alimentos às pessoas carentes da própria comunidade.

### **Dimensão política**

O espírito de liderança existente no grupo de mulheres fez a diferença nas ações da Associação. Elas participam efetivamente das reuniões, conduzem e deliberam sobre o que fazer e ocupam a maioria dos cargos na diretoria. Contudo, a conquista e ocupação de espaços pelo grupo de mulheres não foi fácil, pois, os homens ainda preservavam o conceito machista, e não reconheciam as suas opiniões. Já para elas ter os homens a frente da Associação, dificultava a realização de ações e tomadas de decisões democráticas. Todos estes fatos motivaram as mulheres a se articular e assumir a condução da Associação, que era conduzida por homens. Com elas no comando, ocorreu a abertura para a participação de outras pessoas da comunidade. Um fato político marcante que demonstrou a força do grupo de mulheres à frente da Associação foi o desafio de retirar a Associação da situação de inadimplência, conforme mencionado acima, fato que impossibilitava a mesma, de firmar convênios com instituições públicas. Através do engajamento e participação dos sócios o problema com a inadimplência foi sanado, abrindo-se as portas para o crescimento conjunto, tanto da Associação quanto dos seus sócios, possibilitando a participação efetiva em Programas e Projetos que hoje estão mudando a vida da comunidade.

Desde a década de 1990 o grupo de mulheres vem mantendo parcerias com diversas instituições: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Pernambuco (EMATERPE), Igreja Católica, Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR, IPA. Isso resultou na resolução, por parte da Associação, do principal problema enfrentado pela comunidade: a falta de água.

A partir do acesso a informação e da participação efetiva em diversos fóruns locais, o grupo passou a agir com autonomia, reivindicando e cobrando em espaços que tem assento, como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), ações efetivas em prol da comunidade. A participação no CMDRS também fortaleceu as parcerias institucionais, destacando-se a parceria e ligação com o IPA, que tem dado apoio técnico e acompanhamento sistemático ao trabalho e ampliação da horta, como foi



o caso da instalação do Projeto Agroecológico Integrado e Sustentável (PAIS).

A articulação do grupo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dormentes (STR) possibilitou a Associação firmar convênio com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (CONTAG/BIRD). Através destes convênios conseguiram ampliar a horta, construir uma adutora, comprar equipamentos, possibilitando melhorias na produção e na comercialização das hortaliças.

Através do acesso as políticas públicas para a agricultura familiar, o grupo elaborou Projeto com apoio do CMDRS para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e encaminhou a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). A aprovação do projeto proporcionou aos associados comercializar os produtos oriundos das suas unidades produtivas (carnes caprina e ovina). Um dos importantes impactos do PAA na comunidade foi a venda da carne pesada e não mais do animal “em pé”, que proporcionou um incremento de até 40% na renda dos produtores. Através do PAA a Associação está beneficiando as famílias com maior vulnerabilidade econômica e social da própria comunidade e de comunidades circunvizinhas. A Associação também assegurou a sua participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com o fornecimento de hortaliças (coentro, alface, cebolinha, pimentão, etc.) ovos e galinha caipira, para as escolas municipais José Zuca da Silva (da própria comunidade) e Francisco Rodrigues Damasceno (comunidade Maravilha), via Secretaria Municipal de Educação de Dormentes.

A participação da Associação por meio do grupo de mulheres em diversos projetos e programas demonstra a capacidade política do grupo na articulação com diversas instituições parceiras. Contudo, a participação do poder público municipal como parceiro, segundo as mulheres, é ineficiente. Isso tem motivado o grupo a buscar outras parcerias, diferenciando-se de muitas Associações do município que são dependentes do poder público local. Para o grupo de mulheres “a Prefeitura existe, mas é distante”.

## AJUDA MÚTUA, DÁDIVA E RECIPROCIDADE

O trabalho realizado pelo grupo das mulheres da Associação com a produção da horta, dos quintais, dos roçados vem se caracterizando como exemplo de cooperação e de ajuda mútua e tem contribuído para o fortalecimento da união do grupo, consubstanciando na experiência da autogestão.

Segundo Sabourin (2010, p.144),

gestão dos recursos naturais comuns (terras, águas, pastos, florestas, etc.) e a produção e manutenção de equipamentos coletivos constituem formas de ajuda mútua, frequentemente encontradas nas comunidades camponesas e indígenas.

Na Associação é adotado um sistema de rodízio, em que a cada dois meses duas pessoas, geralmente as mulheres, se responsabilizam pela limpeza e organização das reuniões e do espaço físico. Da mesma forma, acontece quando ocorre uma capacitação na própria comunidade, em que um grupo de outras pessoas prepara a alimentação de forma coletiva para os participantes. Quando parte do grupo sai para fazer um intercâmbio técnico, curso ou representar a Associação fora da comunidade, os que ficam assumem

os trabalhos, seja na horta ou na unidade de produção familiar. Mas é na horta que a cooperação e ajuda mútua estão mais presentes. Isso ocorre na preparação dos canteiros, das caldas orgânicas e naturais, na adubação orgânica (esterco), nas trocas de sementes de feijão, milho, ou hortaliças como: coentro, alface, etc.

As relações de ajuda mútua e cooperação fortalecem os laços sociais, de confiança e amizade. Isso é bem perceptível em Vila Nova na comercialização das hortaliças na horta. Quem está na horta na hora em que o cliente chega, faz a venda, no compromisso de repassar a dona dos produtos o dinheiro da venda.

Mas são nos atos mais singelos de doação de alimentos que se encontram os maiores valores das relações das mulheres para com o grupo e para com os demais membros da comunidade. Pois quando os produtos da horta, quintais e roçados são repassados para os parentes, amigos e pessoas enfermas simbolizam um gesto de pura dádiva. Segundo Caillé (1998, apud LECHAT e SCHIOCHET, 2003) “dádiva é toda ação ou prestação realizada sem espera, garantia ou certeza de retribuição, e comportando unicamente por esse fato uma dimensão de gratuidade”.

Por sua vez Godbout (1999, apud MONTEIRO CASTANHEIRA e PEREIRA, 2008), menciona que,

...dádiva constitui elemento inerente a qualquer formação social e deve ser tratada como pressuposto para formação da coletividade. Sua natureza é estabelecer relações através do circuito composto pelos momentos de dar, receber e retribuir, podendo ser definida como “qualquer prestação de bem ou de serviço, sem garantia de retorno, com vistas a criar, alimentar ou recriar os vínculos sociais entre as pessoas.

Percebe-se no grupo das mulheres da Associação uma forte presença de conhecimentos herdados dos antepassados, quando se trata do plantio e uso das plantas medicinais. Essas plantas (hortelã, mastruz, arruda, melindro, malvão, manjerição, boldo de panela, capim santo, erva cidreira, endro, erva doce, dentre outras), são introduzidas na horta para o autoconsumo, mas são produzidas em quantidades suficientes para serem doadas aos parentes, vizinhos e pessoas da comunidade. O curioso é que essas plantas nunca são comercializadas em Vila Nova, mas doadas para quem delas necessitar. Ademais quando as mulheres de Vila Nova se visitam dificilmente a que visita deixa de levar uma verdura, uma fruta, ovos ou outro regalo para aquela que é visitada.

Estes gestos de doação das ervas medicinais, de hortaliças, frutas ou de outros alimentos têm um significado especial para as pessoas que doam e recebem. Por certo, sentimentos de afetividade, solidariedade são externalizados nessas ocasiões.

As expressões “não se faz conta do que se come e do que se dá”, “dar com a mão direita para que a mão esquerda não veja”, “é dando que se recebe” são constantemente utilizadas pelas mulheres do grupo, que demonstram um entendimento sobre a importância da reciprocidade.

Para Castel (2006, apud SABOURIN, 2008),

... a reciprocidade é o princípio pelo qual a produção é dada a outros num espírito de solidariedade, quer dizer no marco de uma relação entre pessoas tendo consciência de uma comunidade de interesses que leva a uma obrigação moral de apoiar os outros”. Portanto, “não se dá para receber, se dá para que o outro dê e procura-se estabelecer uma relação entre várias pessoas ou grupos mediante uma seqüência durável de dádivas. Por meio da reprodução das dádivas entre pessoas ou formas simétricas da organização social, a produção dada é valorizada pelo seu valor de uso ou seu valor simbólico.

Outro espaço onde se praticavam a ajuda mútua, a dádiva e a reciprocidade era na feira local. Na feira eram comercializados os produtos da horta, ovos, frutas, doces, tapioca, bolos, artefatos de madeira (tampa de pote, etc.), artesanato e confecções (revenda). Participavam vendendo na feira, homens e mulheres. Além da comercialização com venda direta ao consumidor e a agregação de valor aos produtos, a feira proporcionava conversas, laços de amizade, solidariedade e diversão. Mas se no final da feira todos os produtos não fossem comercializados os feirantes trocavam os produtos, faziam doações, para ninguém voltar com mercadoria para casa. Esta forma de comercialização do grupo aponta para a solidariedade, em contraposição ao modelo individualista e competitivo, característico das sociedades capitalistas (SINGER, 2013). O modelo de comercialização adotado pela associação está pautado na economia solidária, em que a solidariedade entre os membros da feira e a prática da autogestão e a preocupação com os mais carentes da comunidade são os aspectos mais bem considerados. Isso corrobora as afirmações de SINGER (2003, p.116), ao afirmar que a economia solidária,

... refere-se a organizações de produtores e consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

Considerando a disponibilidade de tempo e de mão-de-obra das famílias, a divisão das áreas (canteiros) na horta é feita de forma coletiva, ficando em torno de seis a sete canteiros por família.

Diversas outras ações coletivas são perceptíveis nas práticas do grupo de mulheres, como o “mutirão”, que foi adotado para a realização de inúmeros trabalhos como, a construção da sede da Associação, limpeza da horta, construções dos canteiros, limpeza na área da associação, além do plantio e colheita nas unidades de produção familiar particular.

De acordo com Sabourin (2006a, p.2),

no nordeste brasileiro, o termo mutirão pode designar dois tipos de ajuda mútua: os convites de trabalho em benefício de uma família, geralmente, para trabalhos pesados (desmatar uma parcela, fazer uma cerca, construir uma casa) e a que tem a ver com os bens comuns e coletivos (construção ou

manutenção de estradas, escolas, barragens, cisternas). Neste caso a participação do conjunto das famílias é esperada: os homens para os trabalhos mais duros, as crianças e jovens para limpar as reservas de água, as mulheres para as farinhas de mandioca.

Segundo as mulheres o mutirão para a colheita do milho e do feijão geralmente se transforma numa festa, pois o grupo se reúne para “colher os frutos e celebrar a colheita”.

Em Vila Nova as ações coletivas estão presentes também na comercialização das hortaliças na horta e na feira realizada pela Associação. Há uma preocupação do grupo em vender em conjunto os produtos, tanto da horta, quanto dos quintais produtivos e das unidades de produção familiar. A coletividade está evidenciada também na compra de alguns produtos, como: esterco, sementes de hortaliças, água, etc., em que o grupo se une em prol da compra coletiva. A venda e a compra conjunta geralmente possibilitam melhores preços para o grupo como um todo. Mas, quando o recurso em caixa é insuficiente, o grupo de mulheres se cotiza e divide o valor pelo número de participantes, sendo o valor pago, proporcional a quantidade de canteiros.

Na irrigação, as regas são feitas por todas. E quando uma delas não pode participar do trabalho por motivos de doenças, as demais assumem o trabalho. Contudo, a preocupação maior é com o período de pouca água no período de estiagem. Mas mesmo nessas ocasiões elas tem o cuidado de dividir a mesma quantidade para todos os canteiros, com o intuito, de não prejudicar a plantação de ninguém.

## **AUTOGESTÃO E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA**

No processo de transição agroecológica a autogestão evidencia-se nas diversas dimensões: sociais, econômicas, políticas e técnicas. A gestão compartilhada do grupo na realização das atividades, o coletivo sobrepondo-se ao individual de forma equilibrada, a produção voltada para o autoconsumo e para modelos econômicos solidários de comercialização, a participação coletiva na tomada de decisão e na divisão do trabalho e técnicas integradas de produção são características da autogestão que tem sido imprescindíveis para a transição agroecológica em Vila Nova. A produção para atender as famílias mais vulneráveis economicamente da comunidade via PAA, a comercialização dos produtos a preços justos, também depõem favoravelmente para o avanço do processo de agroecologização do sistema produtivo.

Para o grupo de mulheres da Associação de Vila Nova a produção da horta se caracteriza como agroecológica. Alguns aspectos sinalizam para esse entendimento: a) as sementes das hortaliças, de milho e feijão são produzidas pelo grupo, b) a utilização de insumos internos, matéria orgânica, produtos naturais, são advindos das suas propriedades ou do local, c) os cultivos primam pela diversificação, d) o uso de cobertura morta nos canteiros com material vindo da caatinga, e) a redução do uso de insumos externos. Ademais, a integração da horta com outros subsistemas de produção, como a criação de animais, os quintais produtivos e os roçados nas unidades de produção familiar, é uma característica alinhada às práticas agroecológicas.

O grupo de mulheres demonstra nas relações sociais o fortalecimento de laços de amizade e de sociabilidade. A solidariedade e a amizade são algo consolidado entre as pessoas do grupo e em construção com as demais pessoas da comunidade. A ajuda mútua, a dádiva, a reciprocidade são características do grupo, que através da doação, compartilhamento de produtos da horta e dos quintais reforçam a tese da dimensão social da autogestão.

Outra característica inerente à transição agroecológica e a autogestão é a prática da comercialização. O grupo criou uma feira local para vender produtos da roça, dos quintais, da horta agregando valor aos produtos com a venda direta dos mesmos: doce, bolos, pães, ovos, galinha, espetinho, hortaliças, etc. A criação da feira revelou novas relações comerciais, consubstanciadas na economia solidária, com valorização dos produtos locais, a troca de produtos e a eliminação do atravessador. O conhecimento popular sobre plantas medicinais transmitidos de pais para filhos, para seus diversos usos em humanos e animais evidencia também exemplo que se coadunam com os princípios da Agroecologia e contribuem para a transição agroecológica.

Por fim, há que se ressaltar a imperiosa necessidade da incorporação dos princípios da Agroecologia nas demais atividades produtivas desenvolvidas na comunidade e a eliminação completa do uso de agrotóxicos nas pastagens e de medicamentos alopatícos no tratamento dos animais. Procedimentos estes que já estão consolidados na experiência com a horta.

Da mesma forma, o avanço da transição agroecológica em Vila Nova terá maior impulso e concretude na medida em que e somente se a divisão do trabalho não sobrecarregar as mulheres, que vem ocupando papel chave no desenvolvimento da comunidade como um todo e que precisam de espaço e tempo para cumprir com a função que lhes foi outorgada pela comunidade e pela história, como protagonistas dos processos de mudança via Associação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os procedimentos e condução dos trabalhos adotados pelo grupo de mulheres da Associação de Vila Nova evidenciam a autogestão como prática essencial para a transição agroecológica. Isso foi evidenciado em termos sociais, econômicos, políticos e técnicos no âmbito da horta.

A dimensão social pode ser percebida nas relações desenvolvidas entre os membros do grupo, na divisão do trabalho entre as mulheres, no compromisso e responsabilidade como exercem suas funções e tarefas assumidas, na condução democrática das reuniões e nas tomadas de decisão.

As formas como são compartilhadas as informações e as ações de ajuda mútua tem de fato contribuído para a união do grupo, com destaque para os trabalhos realizados em torno da horta. A partir do trabalho com a horta os laços sociais foram fortalecidos, os valores éticos e morais resgatados, a confiança e o respeito entre os membros do grupo foram estabelecidos, tudo baseado no trabalho solidário das mulheres. Estas ações apontam para modos de vida, onde as relações humanas estão acima dos interesses econômicos e da exploração do homem pelo homem, ou melhor dizendo, da mulher pela mulher.

O modelo de produção adotado pelo grupo de mulheres na horta caracteriza-se por preocupar-se com as gerações futuras e com a preservação do bioma caatinga, utilizando práticas que apontam para uma transição agroecológica e que se apresentam de forma antagônica ao modelo capitalista de exploração. As ações coletivas e de ajuda mútua desenvolvidas pelo grupo de mulheres, como o “mutirão”, vêm melhorando o entendimento do associativismo e da cooperação, tornando-se prática em diversos trabalhos realizados pelo grupo. O produzir para o autoconsumo aponta para a perspectiva de segurança alimentar e nutricional, em que o excedente é comercializado, compartilhado, doado e trocado entre as pessoas do grupo e da comunidade. Este gesto de troca, doação, compartilhamento, reforça a tese da reciprocidade como uma característica das comunidades rurais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, P. P. de. Autogestão. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 20-25.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER – IICA, 2004.

ECKERT, C. **A sistematização de experiências: uma nova prática na EMATER/RS-ASCAR**. In: \_\_\_\_\_ (Coord.). **Sistematização de experiências, uma nova prática na EMATER/RS-ASCAR: apresentação das 10 experiências selecionadas no II Seminário Estadual de Sistematização de Experiências de 2004**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2007. p. 15-29. (Realidade Rural, n. 49).

FREIRE, A. G. Construindo conhecimentos a partir das práticas. **Agriculturas: experiências em Agroecologia**, v. 3, n. 2, p.4-5, jul. 2006.

GONÇALVES, E. S. **Caracterização e análise de três modalidades de cooperativas no Brasil: cooperativas capitalistas, cooperativas da economia solidária e cooperativas fraudulentas**. São Carlos-SP: UFSC, 2003. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Gradação em Engenharia de Produção), Centro de Ciência e Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, 2003.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Plantar pro gasto: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 2, p. 481-515, 2008.

JARA H., O. **Para sistematizar experiências**. Tradução Maria Viviana V. Resende. 2. ed. Brasília: MMA, 2006. 128 p. (Série Monitoramento e Avaliação, 2)

LECHAT, N., SHIOCHET, V. Economia da dádiva. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 84-87.

LISBOA, A. de M. Solidariedade. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 242-250.

MONTEIRO CASTANHEIRA, M. E; PEREIRA, J. R. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. **Revista Katálysis**, n.11-1, 2008.

MOTTA, F.C.P. **Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 170p.

SABOURIN, E. A ajuda mútua rural: entre intercâmbio e reciprocidade. ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 1, Niterói, 2006. **Anais...** Niterói: UFF, jul. 2006a.

\_\_\_\_\_. Economia solidária no meio rural brasileiro: uma análise a partir da noção de reciprocidade. CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 9, Quito, Asociación Latinoamericana de Sociología Rural (ALASRU), 2006b. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Educação, dádiva e reciprocidade: reflexões preliminares. **Jornal do Mauss latino-iberoamericano**, Ano 1, n. 4, Jan./Fev. 2008.

\_\_\_\_\_. Manejo dos recursos comuns e reciprocidade: os aportes de Elinor Ostrom ao debate. **Revista Sustentabilidade em Debate**, v. 1, n. 2, p. 143-158, 2010.

SCHMITT, C. J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAVER, S.; BALESTRO, M.V. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular. 2009. 328p.

SILVA, A. L. da; LOURENZANI, A. E. B. S. Modelo sistêmico de ocorrência de ações coletivas: Um estudo multicase na comercialização de frutas, legumes e verduras. **Gestão & Produção**, v. 18, p. 159-174, 2011.

SINGER, P. **Introdução a economia solidária**. 5a Reimp. São Paulo: Perseu Abramo, 2013. 127p.

SINGER, P. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 116-125.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e Estado**, v.16, n.1-2, p.100-112, 2001.

YAN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212p.

VERDEJO M. E. **Diagnóstico rural participativo**. Um guia prático. Brasília, DF: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006. 62 p.

### **COMO CITAR ESTE ARTIGO:**

**POSSÍDIO**, Carlos Alberto de Araújo; **MATTOS**, Jorge Luiz Schirmer de. Transição agroecológica: a experiência de autogestão das mulheres de Vila Nova – Dormentes/PE. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 5, n. 2, p. 236-251, 2017. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 02 Ago. 2017

Aceito em: 3 Set. 2017